

Termo de Referência 11/2023

Informações Básicas

Número do TR	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2023	158305-INST.SUL DE MG/CAMPUS INCONFIDENTES	FERNANDA COUTINHO PINHEIRO DA ROSA	08/05/2023 13:07 (v 1.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda;	158305-32/2022	23344.000395.2023-50

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de gêneros alimentícios (estocáveis), nos termos da tabela abaixo, conforme condições, exigências e estimativas de consumo estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	LOTE MÍN. POR ENTREGA
1	Leite fluido, origem: de vaca, tipo: A, teor gordura: integral, processamento: uht, embalagem tipo Tetra Pak, com 1000 ml. Validade: 4 meses a partir da data de fabricação. Na embalagem deverá constar nome e marca do produto, nome e endereço do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Cota reservada para ME/EPP/Equiparadas em 25% - Idem ao item 2	445995	Caixa com 1 litro	7.500	7,42	55.650,00	1.500 caixas
	Leite fluido, origem: de vaca, tipo: A, teor gordura: integral, processamento: uht, embalagem tipo Tetra Pak, com 1000 ml. Validade: 4 meses a partir da data de fabricação. Na embalagem deverá constar						

2	nome e marca do produto, nome e endereço do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Cota principal - Participação ampla - Idem ao item 1	445995	Caixa com 1 litro	22.500	7,42	166.950,00	1.500 caixas
3	Achocolatado, apresentação: pó, sabor: tradicional, pote de 500 g. Prazo validade mínimo de 18 meses a partir da data de fabricação. Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas	463556	Pote com 500 gramas	250	9,62	2.405,00	30 potes
4	Açúcar, tipo: cristal, características adicionais, isento de impurezas. Embalado em sacos resistentes de polietileno atóxico. O produto deverá apresentar cor clara, característica e nenhum tipo de sujeira. Prazo validade mínimo de 12 meses, a partir da data de fabricação. Na embalagem deverá constar nome e marca do produto, nome e endereço do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas	463989	Kg	11.000	4,91	54.010,00	300 kg
5	Amido, base: de milho, aplicação massas, embalagem com 500 g. Embalagens contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Validade mínima: 12 meses da data de fabricação. Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas	459077	Embalagem com 500 gramas	360	8,08	2.908,80	30 embalagens
	Arroz beneficiado, tipo: agulhinha, branco,						

6	<p>subgrupo: polido, classe: longo fino, qualidade: tipo 1. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Não devem apresentar manchas escuras, brancas, avermelhadas ou esverdeadas e nem apresentar perfurações (caruncho e outros insetos). Isento de mofo, odores estranhos, substâncias nocivas, coloração uniforme. Validade: mínima de 01 (um) ano a partir da data de fabricação.</p> <p>Cota reservada para ME/EPP/Equiparadas em 25% - Idem ao item 7</p>	458904	Kg	4.500	5,63	25.335,00	1.200 kg
7	<p>Arroz beneficiado, tipo: agulhinha, branco, subgrupo: polido, classe: longo fino, qualidade: tipo 1. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Não devem apresentar manchas escuras, brancas, avermelhadas ou esverdeadas e nem apresentar perfurações (caruncho e outros insetos). Isento de mofo, odores estranhos, substâncias nocivas, coloração uniforme. Validade: mínima de 01 (um) ano a partir da data de fabricação.</p> <p>Cota principal - Participação ampla - Idem ao item 6</p>	458904	Kg	13.500	5,63	76.005,00	1.200 kg
8	<p>Arroz beneficiado, tipo parboilizado, subgrupo polido, classe longo fino, qualidade tipo 1. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Não devem apresentar manchas escuras, brancas, avermelhadas ou esverdeadas e nem apresentar perfurações</p>	458908	Kg	3.000	7,23	21.690,00	200 kg

	(caruncho e outros insetos). Isento de mofo, odores estranhos, substâncias nocivas, coloração uniforme. Validade: mínima de 01 (um) ano a partir da data de fabricação.						
	Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas						
9	Aveia beneficiada, classe branca, apresentação em flocos grossos, presença de glúten, contém glúten. Embalagens contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Validade mínima: 12 meses da data de fabricação.	460502	Kg	150	17,87	2.680,50	20 Kg
	Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas						
10	Azeite, espécie vegetal: de oliva, tipo: puro, teor da acidez: extravirgem, frasco com 500 ml, acidez máxima 0,8%, embalagem em vidro escuro, isento de oxidação, sujidades e materiais estranhos e suas condições deverão estar de acordo com a resolução RDD 270 /05, rdc 259/02, RDC 360 /03 (ANVISA), instrução normativa 01/12 (mapa). Produto sujeito a verificação, no ato da entrega, aos procedimentos administrativos determinados pelo mapa e ANVISA. Validade 18 meses.	463696	Embalagem com 500 ml	300	25,61	7.683,00	25 embalagens
	Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas						
11	Canjica, grupo especial, nº 3, subgrupo despeliculada, classe branca, qualidade tipo 3, característica adicional não transgênico. Embalagens contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo	459073	Kg	250	14,21	3.552,50	30 kg

	de validade, peso líquido. Validade mínima: 12 meses da data de fabricação.						
	Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas						
12	Condimento, tipo: alho, apresentação: pasta, 100 % pura, sem sal, sem adição de água, preparada através da transformação do dente de alho de boa qualidade, com dados de identificação do produto, data de validade, peso líquido, marca do fabricante, e de acordo com as Normas e/ou Resoluções vigentes. Validade mínima de 5 meses a partir da data de fabricação.	463861	Kg	600	26,64	15.984,00	40 kg
	Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas						
13	Creme de leite, teor gordura acima de 40% de gordura, processamento pasteurizado, características adicionais creme tipo nata. Embalagem com 300 g. As embalagens não podem estar rasgadas, furadas ou com qualquer dano mecânico. Na embalagem deverá constar o nome e o endereço do fabricante, nome e marca do produto, data de fabricação, prazo de validade e nº do lote. Validade: mínima de 12 (doze) meses a partir da data de fabricação.	446536	Embalagem com 300 gramas	300	8,33	2.499,00	50 embalagens
	Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas						
14	Farinha de mandioca, grupo: seca, subgrupo: amarela torrada, classe: fina, aspecto físico: tipo 1, acidez: baixa acidez. Embalagem com 20 kg. Embalagem plástica atóxica devidamente produzida, embalada e rotulada	458921	Embalagem com 20	50	152,33	7.616,50	3 embalagens

	conforme a portaria nº54 de 18/07/96. Validade mínima: 6 meses a partir da data de fabricação.		kg				
	Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas						
15	Farinha de milho, grão amarelo, apresentação torrada, característica adicional não transgênico. Embalagem com 500 g. Validade: mínima 6 meses a partir da data de fabricação.	470687	Embalagem com 500 gramas	500	5,15	2.575,00	50 embalagens
	Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas						
16	Farinha de milho, grão amarelo, tipo fubá, característica adicional não transgênico, matéria-prima milho, tipo mimoso. Enriquecido com Ferro e ácido fólico, deve apresentar um aspecto de pó fino, cor amarelada, cheiro e sabor próprios, ausência de sujidades, parasitas ou larvas. Validade: mínima de 06 meses a partir da data de fabricação.	470688	Kg	350	7,41	2.593,50	30 kg
	Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas						
17	Farinha trigo, grupo: doméstico, tipo: tipo 1, especial, ingrediente adicional: fortificada com ferro e ácido fólico. Validade mínima: 06 meses a partir da data de fabricação.	460263	Kg	550	6,32	3.476,00	60 kg
	Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas						
	Farinha quibe, composição: grãos de trigo selecionados e moídos, tipo: cru. Deve apresentar aspecto uniforme, cor característica, cheiro e sabor próprios,						

18	ausência de sujidades, parasitas ou larvas. Embalagem: na embalagem deverá constar o nome e o endereço do fabricante, nome e marca do produto, data de fabricação, prazo de validade e nº do lote. Validade: mínima de 06 meses a partir da data de fabricação. Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas	326330	Kg	250	11,71	2.927,50	50 kg
19	Fermento, tipo: químico, apresentação: pó, variedade regular, aplicação elaboração de produtos de panificação/massas. Embalagem com 100 g. Validade mínima: 12 meses da data de fabricação. Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas	459586	Embalagem com 100 gramas	100	4,47	447,00	10 embalagens
20	Gordura vegetal, tipo: margarina, subtipo: cremosa, composição básica: mínimo de 80% de gordura, sabor: com sal. Embalagem com 15 kg. Composição básica óleos vegetais líquidos esterificado, sal, estabilizante mono e diglicerídeos, ácidos graxos, lecitina soja, conservante sorbato potássio, benzoato de sódio, lipídios 80%, características adicionais gordura poli-insaturada e monoinsaturada, cremosa com mínimo de 80% de lipídios, com sal. Na embalagem deverá constar nome e marca do produto, nome e endereço do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Validade: 06 meses a partir da data de fabricação. Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas	463699	Embalagem com 15 kg	35	233,55	8.174,25	3 embalagens

21	<p>Leite coco, tipo: integral, prazo validade mínimo: 12 meses. Extrato gorduroso do coco seco. Caixa com 200 ml. Na embalagem deverá constar nome e marca do produto, nome e endereço do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima: 06 meses a partir da data de fabricação.</p> <p>Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas</p>	464011	Caixa com 200 ml	100	5,93	593,00	10 caixas
22	<p>Macarrão, teor de umidade: massa seca, base da massa: de farinha de trigo, ingredientes adicionais: com ovos, apresentação: parafuso Enriquecimento com Ferro e ácido fólico, com proteínas aproximadamente 12 g/ Carboidratos 76 g/ Gorduras totais 0 g/ Gorduras Saturadas 0 g / Gorduras trans 0 g / Fibras alimentares 1,5 g / sódio 0 g por porção de 100 g. Embalagem: na embalagem deverá constar o nome e o endereço do fabricante, nome e marca do produto, data de fabricação, prazo de validade e nº do lote. Validade: mínima de 02 anos a partir da data de fabricação.</p> <p>Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas</p>	458980	Kg	400	8,75	3.500,00	100 kg
	<p>Macarrão, teor de umidade: massa seca, base da massa: de farinha de trigo, ingredientes adicionais: com ovos, apresentação: penne. Enriquecimento com Ferro e ácido fólico, com proteínas aproximadamente 12 g/ Carboidratos 76 g/ Gorduras totais 0 g/ Gorduras Saturadas 0 g / Gorduras trans 0 g / Fibras alimentares 1,5 g / sódio 0m</p>						

23	g por porção de 100 g. Embalagem: na embalagem deverá constar o nome e o endereço do fabricante, nome e marca do produto, data de fabricação, prazo de validade e nº do lote. Validade: mínima de 02 anos a partir da data de fabricação. Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas	458981	Kg	400	9,75	3.900,00	100 kg
24	Macarrão, teor de umidade: massa seca, base da massa: de farinha de trigo, ingredientes adicionais: com ovos, apresentação: espaguete. Enriquecimento com Ferro e ácido fólico, com proteínas aproximadamente 12 g/ Carboidratos 76 g/ Gorduras totais 0 g/ Gorduras Saturadas 0 g / Gorduras trans 0 g / Fibras alimentares 1,5 g / sódio 0 mg, por porção de 100 g. Embalagem: na embalagem deverá constar o nome e o endereço do fabricante, nome e marca do produto, data de fabricação, prazo de validade e nº do lote. Validade: mínima de 02 anos a partir da data de fabricação. Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas	458953	Kg	500	8,82	4.410,00	100kg
25	Macarrão, teor de umidade: massa seca, base da massa: de farinha de trigo, ingredientes adicionais: com ovos, apresentação: lasanha. Embalagem com 500 g. Ingredientes: sêmola de trigo e ovos. Enriquecimento com Ferro e ácido fólico, com proteínas aproximadamente 12 g/ Carboidratos 76 g/ Gorduras totais 0 g/ Gorduras Saturadas 0 g / Gorduras trans 0 g / Fibras alimentares 1,5 g / sódio 0 mg, por porção de 100 g.	458998	Embalagem com 500 gramas	500	9,29	4.645,00	100 embalagens

	<p>Na embalagem deverá constar o nome e o endereço do fabricante, nome e marca do produto, data de fabricação, prazo de validade e nº do lote. Validade: mínima de 02 anos a partir da data de fabricação.</p> <p>Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas</p>						
26	<p>Massa de tomate, tipo: extrato concentrado, composição: tradicional, apresentação: creme. Embalagem com 4 kg. Ingredientes: produto resultante da concentração da polpa de tomates maduros escolhidos, sem pele e sem sementes, por processo tecnológico adequado O produto será designado por extrato de tomate, podendo ser denominado massa de tomate ou concentrado de tomate 100% natural, sem conservante, sem glúten. Características do produto: deverá apresentar aspecto de massa mole, cor vermelha, cheiro e odor próprios. Será tolerado 01% de açúcar e 05% de cloreto de sódio. Deverá estar isento de fermentação e não indicar processo defeituoso. Brix entre 18 e 19%. Rendimento: 01 (um) quilo do produto deverá fornecer no mínimo 50 (cinquenta) porções de 50 ml e no máximo 60 porções de 50 ml. Embalagem: O produto deverá vir embalado em latas que não devem estar abauladas (estufadas), amassadas ou enferrujadas. As latas devem apresentar verniz interno íntegro, sem quebras, para evitar-se contato do alimento com a lata o que teria como consequência a corrosão ou a migração de metais e alterações organolépticas, etc. Na embalagem deverá constar o nome e o endereço</p>	459670	Embalagem com 4 kg	500	54,17	27.085,00	50 embalagens

	do fabricante, nome e marca do produto, data de fabricação, prazo de validade e nº do lote. Validade: mínima de 18 (dezoito) meses a partir da data de fabricação. Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas						
27	Milho de pipoca, grupo: duro, classe: amarela, qualidade: tipo 1, formato estourado: tipo irregular, butterfly. Embalagem com 1 kg. Validade: mínima de 12 meses a partir da data de fabricação. Na embalagem deverá constar nome e marca do produto, nome e endereço do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas	462122	Embalagem com 1 kg	250	10,72	2.680,00	30 embalagens
28	Molho de mesa, tipo: maionese, composição: tradicional, apresentação: creme. Com teor reduzido de gorduras. Embalagem com 3,2 kg. Emulsão cremosa obtida com ovos e óleos vegetais; com adição de condimentos; substâncias comestíveis e sem corantes; de consistência cremosa; na cor amarelo-claro; com cheiro e sabor próprios; isento de sujidades e seus ingredientes de preparo em perfeito estado de conservação. Na embalagem deverá constar nome e marca do produto, nome e endereço do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima: 24 meses a partir da data de fabricação. Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas	459658	Embalagem com 3,2 Kg	50	34,96	1.748,00	10 embalagens

29	<p>Molho de mesa, tipo: mostarda, composição: tradicional, apresentação: creme. Embalagem com 3,2 kg. Composição básica: água, sal, açúcar, vinagre, amidos, semente de mostarda amarela e conservantes permitidos. Na embalagem deverá constar nome e marca do produto, nome e endereço do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima: 06 meses a partir da data de fabricação.</p> <p>Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas</p>	459667	Embalagem com 3,2 kg	50	29,13	1.456,50	5 embalagens
30	<p>Molho de mesa, tipo: shoyu, composição: tradicional, apresentação: líquido. Embalagem com 1 litro. Composição básica: água, sal, soja, milho, açúcar, corante caramelo e conservantes permitidos, sem acréscimo de vinagre. Na embalagem deverá constar nome e marca do produto, nome e endereço do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima: 06 meses a partir da data de fabricação.</p> <p>Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas</p>	459653	Embalagem com 1 litro	50	14,08	704,00	10 embalagens
31	<p>Óleo vegetal comestível, tipo: puro, espécie vegetal: soja, tipo qualidade: tipo 1, aplicação culinária em geral, tipo refinado. Embalagem com 900 ml. Na embalagem deverá constar o nome e o endereço do fabricante, nome e marca do produto, data de fabricação, prazo de validade e nº do lote. Validade mínima: 01 (um) ano a partir da data de fabricação.</p>	463692	Embalagem com 900 ml	2.010	10,41	20.924,10	400 embalagens

	Cota reservada para ME/EPP/Equiparadas em 25% - Idem ao item 32						
32	<p>Óleo vegetal comestível, tipo: puro, espécie vegetal: soja, tipo qualidade: tipo 1, aplicação culinária em geral, tipo refinado. Embalagem com 900 ml. Na embalagem deverá constar o nome e o endereço do fabricante, nome e marca do produto, data de fabricação, prazo de validade e nº do lote. Validade mínima: 01 (um) ano a partir da data de fabricação.</p> <p>Cota principal - Participação ampla - Idem ao item 31</p>	463692	Embalagem com 900 ml	6.030	10,41	62.772,30	400 embalagens
33	<p>Sal, tipo refinado, iodado, aplicação alimentícia. Características adicionais: teor mínimo cloreto de sódio 98,5%. Embalagem com 1 kg Validade: 24 meses a partir da data de fabricação. Na embalagem deverá constar nome e marca do produto, nome e endereço do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.</p> <p>Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas</p>	291893	Embalagem com 1 kg	3.300	1,88	6.204,00	100 kg
34	<p>Suco, apresentação líquido, sabor variado, tipo natural, características adicionais sem conservante, embalagem tipo Tetra Pak, com 200 ml. Validade: 6 meses a partir da data de fabricação. Na embalagem deverá constar nome e marca do produto, nome e endereço do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.</p> <p>Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas</p>	305348	Embalagem com 200 ml	2.000	2,41	4.820,00	200 embalagens

35	<p>Vinagre, matéria-prima maçã, tipo aromático, acidez 4,2%, aspecto físico líquido, aspecto visual límpido e sem depósitos. Embalagem com 750 ml. Isento de aditivos químicos, corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, livre de sujidades, material terroso e detritos de animais e vegetais, aspecto visual límpido e sem depósitos. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Validade de 24 meses.</p> <p>Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas</p>	340581	Embalagem com 750 ml.	600	7,73	4.638,00	70 embalagens
36	<p>Leite condensado. Ingrediente básico: leite in natura, prazo validade mínimo: 12 meses . O produto deverá vir acondicionado em embalagem de papel cartonado e aluminizado (Tetrapak ou similar), que não devem estar abauladas (estufadas), amassadas, rasgadas, furadas ou com qualquer dano mecânico, contendo 395 (trezentos e noventa e cinco) gramas. Na embalagem deverá constar o nome e o endereço do fabricante, nome e marca do produto, data de fabricação, prazo de validade e nº do lote. Validade: mínima de 24 meses a partir da data de fabricação.</p> <p>Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas</p>	464013	Embalagem com 395 gramas	150	8,15	1.222,50	10 embalagens
37	<p>Orégano. Pacote com 500 g. Tempero desidratado para uso culinário, dizeres de rotulagem, data de fabricação e prazo de validade, informação dos ingredientes e composição nutricional.</p>	463916	Pacote com 500 g	10	33,29	332,90	1 embalagem

	Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas						
38	Condimento Tipo: Curry Apresentação: Pó. Embalagem de 500 g. Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas	463894	Embalagem com 500 gramas	4	48,53	194,12	1 embalagem
39	Condimento Tipo: Chimichurri À Base De Ervas E Especiarias Apresentação: Pasta. Embalagem de 1 Kg. Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas	458149	Embalagem com 1 kg	10	32,13	321,30	1 embalagem
40	Batata processada, espécie: inglesa, tipo formato: palha, tipo: frita. Pacote com 500 g. Na embalagem deverá constar nome e marca do produto, nome e endereço do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima de 4 meses a partir da data de fabricação. Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas	463707	Pacote com 500 g	300	17,15	5.145,00	30 pacotes
41	Condimento Tipo: Açafrão Apresentação: Pó. Embalagem com 500g. Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas	463857	Embalagem com 500 gramas	4	13,14	52,56	1 embalagem
42	Chocolate, tipo preto, apresentação pó, sabor tradicional, característica adicional 50 % cacau. Caixa com 200 gramas cada. Dentro do prazo de validade e devidamente fechada. Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas	463547	Caixa com 200 gramas	60	13,78	826,80	30 caixas

43	Oleaginosa, tipo amendoim, apresentação natural, adicional sem casca. Embalagem com 1 kg cada. Embalagem devidamente lacrado e dentro do prazo de validade. Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas	464534	Embalagem com 1 kg	15	20,87	313,05	15 embalagens
44	Condimento, matéria-prima tomate seco, aspecto físico desidratada, aplicação alimentação, características adicionais óleo de milho, azeite de oliva, sal, açúcar. Embalagem com 1 kg cada para facilitar a utilização. Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas	462101	Embalagem com 1 kg	15	36,37	545,55	15 embalagens
45	Café, apresentação solúvel granulado, intensidade média. Tipo tradicional. Sachê com 50 gramas cada um. Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas	463568	Sachê com 50 gramas	60	3,40	204,00	30 sachês
46	Frios, variedade salame, tipo italiano, apresentação peça inteira, estado de conservação resfriado (a). Produto devidamente lacrado. Participação exclusiva para ME/EPP /Equiparadas	447877	Kg	20	45,56	911,20	10 kg

1.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto ou as unidades de fornecimento descritas no sistema eletrônico e as especificações ou as unidades de fornecimento constantes neste termo, o licitante deverá considerar as deste instrumento, conforme planilha acima.

1.3. Os licitantes devem informar em suas propostas todas as características do material ofertado constantes na especificação detalhada da tabela acima.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

1.6. A quantidade mínima a ser cotada pelos licitantes, para cada item, deverá ser a quantidade total descrita na tabela acima, tendo em vista que a oferta de proposta em menor quantidade é desvantajosa para a administração, pois prejudica a economia de escala pela qual podemos obter melhores preços com a oferta da quantidade total a ser adquirida.

1.7. Considerações sobre a Unidade de Fornecimento:

1.7.1. Para fins de apresentação da proposta e para o fornecimento, quando da contratação, o licitante deverá considerar a unidade de fornecimento descrita na tabela acima;

1.7.2. Não serão aceitas propostas com unidades de fornecimento diferentes das exigidas neste termo;

1.7.3. Quando a unidade de fornecimento estiver definida como “Kg”, sem a especificação da embalagem a ser entregue, o fornecedor poderá entregar o produto em embalagens que não sejam necessariamente de 1kg, desde que a quantidade entregue esteja de acordo com o solicitado. Nesses itens, a unidade de fornecimento “Kg” deverá ser considerada pelo licitante para fins de cálculo do preço ofertado para os produtos.

1.8. Dos itens referentes à cota principal (participação ampla) e cota reservada (participação exclusiva ME/EPP/Equiparadas)

1.8.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.8.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.8.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 10648539000105-0-000007/2023

II) Data de publicação no PNCP: 14/02/2023

III) Id do item no PCA, Classe/Grupo e Identificador da Futura Contratação:

Item	Id do item no PCA	Classe/Grupo	Identificador da Futura Contratação
1	656	8910 - OVOS E LATICÍNIOS	158305-32/2022
2	656	8910 - OVOS E LATICÍNIOS	158305-32/2022
3	649	8955 - CAFÉ, CHÁ E CHOCOLATE	158305-32/2022
4	647	8925 - AÇÚCAR, CONFEITOS, CASTANHAS, NOZES E SIMILARES	158305-32/2022
5	621	8920 - PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS	158305-32/2022
6	648	8920 - PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS	158305-32/2022
7	648	8920 - PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS	158305-32/2022
8	646	8920 - PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS	158305-32/2022
9	645	8920 - PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS	158305-32/2022

10	604	8945- ÓLEOS E GORDURAS COMESTÍVEIS	158305-32/2022
11	644	8920- PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS	158305-32/2022
12	596	8950- CONDIMENTOS E PRODUTOS CORRELATOS	158305-32/2022
13	643	8910- OVOS E LATICÍNIOS	158305-32/2022
14	642	8920- PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS	158305-32/2022
15	657	8920- PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS	158305-32/2022
16	640	8920- PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS	158305-32/2022
17	641	8920- PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS	158305-32/2022
18	639	8920- PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS	158305-32/2022
19	615	8920- PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS	158305-32/2022
20	638	8945- ÓLEOS E GORDURAS COMESTÍVEIS	158305-32/2022
21	637	8910- OVOS E LATICÍNIOS	158305-32/2022
22	594	8920- PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS	158305-32/2022
23	636	8920- PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS	158305-32/2022
24	635	8920- PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS	158305-32/2022
25	634	8920- PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS	158305-32/2022
26	633	8950- CONDIMENTOS E PRODUTOS CORRELATOS	158305-32/2022
27	632	8920- PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS	158305-32/2022
28	631	8950- CONDIMENTOS E PRODUTOS CORRELATOS	158305-32/2022
29	606	8950- CONDIMENTOS E PRODUTOS CORRELATOS	158305-32/2022
30	630	8950- CONDIMENTOS E PRODUTOS CORRELATOS	158305-32/2022
31	602	8945- ÓLEOS E GORDURAS COMESTÍVEIS	158305-32/2022
32	602	8945- ÓLEOS E GORDURAS COMESTÍVEIS	158305-32/2022
33	625	8950- CONDIMENTOS E PRODUTOS CORRELATOS	158305-32/2022
34	593	8960- BEBIDAS NÃO ALCÓOLICAS	158305-32/2022
35	628	8950- CONDIMENTOS E PRODUTOS CORRELATOS	158305-32/2022
36	601	8910 - OVOS E LATICÍNIOS	158305-32/2022
37	607	8950- CONDIMENTOS E PRODUTOS CORRELATOS	158305-32/2022
38	598	8950- CONDIMENTOS E PRODUTOS CORRELATOS	158305-32/2022
39	599	8950- CONDIMENTOS E PRODUTOS CORRELATOS	158305-32/2022
40	597	8915- FRUTAS	158305-32/2022
41	588	8950- CONDIMENTOS E PRODUTOS CORRELATOS	158305-32/2022
42	592	8955 - CAFÉ	158305-32/2022
43	291	8915 - FRUTAS	158305-33/2022
44	623	8950- CONDIMENTOS E PRODUTOS CORRELATOS	158305-32/2022
45	614	8955 - CAFÉ	158305-32/2022
46	610	8905 - CARNES	158305-32/2022

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação, uma vez que o objeto da contratação não demanda critérios de sustentabilidade objetivos em seu fornecimento.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pois o órgão licitante não estará obrigado a contratar os materiais licitados, que serão adquiridos somente quando surgir a necessidade e na quantidade demandada.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. A convocação para entrega do objeto será feita por meio de Ordem de Fornecimento.

5.2. O prazo de entrega será de **20 (vinte) dias corridos**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. A entrega deverá ocorrer em dia útil, das 7h às 10h30 ou das 13h às 16h30, no Setor de Almoxarifado, localizado na Avenida Alvarenga Peixoto, 240, Centro, CEP 37.576-000, Município de Inconfidentes, MG.

5.5. O contratado deverá depositar o objeto no local a ser indicado pelo servidor responsável pelo recebimento provisório.

5.6. A entrega correrá totalmente às expensas do contratado, inclusive será de sua responsabilidade providenciar pessoal e equipamentos necessários para descarga e colocação do material no local indicado pelo recebedor dos materiais.

5.7. No transporte até o local de entrega, os produtos deverão ser acondicionados adequadamente, de acordo com as normas vigentes.

5.8. O lote mínimo, por entrega, será aquele indicado na tabela no início deste termo, exceto quando a quantidade total registrada para a contratada for inferior a esse quantitativo ou o remanescente do quantitativo do item não atingir o quantitativo mencionado, hipótese que caracterizará último fornecimento da contratada do respectivo item, podendo ser qualquer quantidade.

Prazo de validade dos produtos

5.9. O prazo de validade dos produtos deverá ser, no mínimo, o prazo estipulado na especificação dos itens. Se o prazo de validade não estiver explícito na especificação do produto, neste termo, o prazo de validade deverá obedecer às normas vigentes. Será considerado o informado pelo fabricante se esse for superior àqueles.

5.10. Na data da entrega, o prazo de validade dos produtos não poderá ter transcorrido mais de vinte por cento do prazo de validade indicado pelo fabricante.

5.11. Perdendo os materiais suas características ou se deteriorando e estando eles dentro do prazo de validade, assim como em condições normais de armazenamento, deverão ser substituídos no prazo máximo de 12 (doze) dias corridos, contados a partir da comunicação formal do contratante, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis. Para tanto, ficará por conta e ônus do contratado todas as despesas decorrentes para a efetivação da troca.

Análises de qualidade, compatibilidade e autenticidade

5.12. Sempre que a situação demonstrar conveniente, o contratante poderá encaminhar o material recebido ou solicitar auxílio a agentes, entidades, institutos, órgãos competentes, etc., para análise de qualidade, compatibilidade, autenticidade e outros que se fizerem necessários.

5.13. Esse procedimento é excepcional e poderá ser adotado tanto na fase de análise para recebimento definitivo, quanto para usufruir da garantia a ser assegurada pelo fornecedor ou pelo fabricante.

5.14. O tempo necessário para esse procedimento interrompe a contagem do prazo para análise do material, para fins de Recebimento Definitivo.

5.15. Quando nessa análise forem constatadas falhas de responsabilidade do fornecedor, as despesas com esse procedimento serão exclusivamente de sua responsabilidade, com prazo de dez dias úteis para pagamento, por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União ou diretamente àquele que efetuou a análise, a partir da comunicação formal do contratante.

5.17. As responsabilidades do fornecedor por falha no fornecimento não cessam, mesmo que a análise seja feita após o recebimento definitivo.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O instrumento de contrato será substituído pela nota de empenho de despesa, conforme art. 95, II da Lei 14.133/2021, por se tratar de entrega imediata e integral da quantidade de cada pedido. Neste caso, aplica-se, no que couber, o artigo 92 da referida lei.

6.1.1. A nota de empenho emitida implica no reconhecimento de que:

6.1.1.1. referida nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.1.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

6.1.1.3. a contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas neste Termo e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo requisitante do material, sendo acompanhada também pelo Setor de Almoxarifado.

6.5.1. Serão anotadas todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.5.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, será emitida notificação para a correção da execução do objeto, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.5.3. Serão tomadas providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.1. A prova do recebimento provisório é constituída pela assinatura de quem de direito no documento fiscal ou documento equivalente.

7.2. O objeto deverá ser entregue pelo contratado, rigorosamente conforme especificações do Termo de Referência, dentro do prazo estabelecido.

7.2.1. Não serão aceitos produtos que estejam em desacordo com as especificações ou que se apresentarem em embalagens danificadas, hipótese em que os produtos serão devolvidos

7.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.1. Neste caso, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades verificadas.

7.3.2. Havendo nova desconformidade, ficará caracterizada a inexecução contratual pelo fornecedor.

7.3.3. O contratante não se responsabilizará pela guarda de materiais recusados, por período superior àquele fixado para substituição/complementação.

7.3.3.1. Após dez dias de atraso, contados da data fixada no subitem acima, sem que o material recusado tenha sido retirado, será considerado abandono por parte do fornecedor, podendo a Administração dar-lhes a destinação que julgar conveniente.

7.3.4. Os materiais recusados somente serão devolvidos mediante Termo de Recolhimento emitido pelo fornecedor, autorizando para tanto quem venha retirá-los. Será dispensado o referido Termo de Recolhimento, quando o material recusado for retirado por quem venha entregar os materiais que substituirão os primeiros, salvo por manifestação contrária, formal, do fornecedor.

7.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.5. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2 (dois) dias úteis.

7.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.25.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.3.** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.4.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.5.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.6.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.8.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.10.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 8.11.** Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- 8.12.** Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.13.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.14.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.15.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.17.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.18.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.19.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.20.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.23.1. Na ausência do prazo de validade nessa certidão, será considerado o de doze meses.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação.

8.25. Em relação às licitantes cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.25.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.25.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.25.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.25.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.25.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.25.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.25.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 625.311,43

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 625.311,43 (seiscentos e vinte e cinco mil, trezentos e onze reais e quarenta e três centavos), conforme custos unitários apostos na tabela deste Termo.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da emissão da Nota de Empenho.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. São obrigações do Contratante:

- 11.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o edital e seus anexos;
- 11.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;
- 11.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 11.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 11.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no edital e anexos;
- 11.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no edital e seus anexos;
- 11.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 11.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 11.1.9.1. A Administração terá o prazo de dez dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 11.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.
- 11.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. Obrigações do Contratado

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 12.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no edital e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 12.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 12.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 12.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado neste termo, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.1.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

12.1.7. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.1.9. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.1.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

13. Infrações e sanções administrativas

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de dez dias;

1.1. Após dez dias de atraso, sem que o objeto tenha sido entregue, ficará caracterizada a inexecução contratual.

2. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto vinculado à obrigação não cumprida, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.4.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de

Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. Foro

14. FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Subseção Judiciária de Pouso Alegre, MG – Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste instrumento que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FERNANDA COUTINHO PINHEIRO DA ROSA

Requisitante



Assinou eletronicamente em 05/05/2023 às 13:30:52.

ALINE SILVA DOS SANTOS DE MOURA

Requisitante substituta



Assinou eletronicamente em 05/05/2023 às 13:38:36.

Despacho: Aprovo

LUIZ FLAVIO REIS FERNANDES

Diretor-Geral



Assinou eletronicamente em 08/05/2023 às 09:30:34.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 04 ETP 70.pdf (129.09 KB)
- Anexo II - 07 ETP 84.pdf (113.95 KB)

Anexo I - 04 ETP 70.pdf

Estudo Técnico Preliminar 12/2023

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Informações

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Administração, com base na Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021 - Ministério da Economia, no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, na Lei nº 14.133, 01 de abril de 2021 e demais legislações correlata.

3. A. Histórico de revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
17/02/2023	1	Estudo Técnico Preliminar	Erika Paula Pereira

4. B. Normativos que disciplinam os serviços

Normativos	Considerações
Lei nº 14.133 /21	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
Instrução Normativa nº 58/2022	Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
Lei Complementar nº 123/2006	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.
Decreto nº 8.538/2015	Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.
Lei nº 12.305 /2010.	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

Decreto nº 7.746/2012	Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.
Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010	Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.
Lei nº 8.078 /1990	Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
Decreto nº 10.024/2019	Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 65/2021	Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

5. Descrição da necessidade

Aquisição de gêneros alimentícios, sendo estocáveis, para elaboração dos cardápios do restaurante estudantil, do Campus Inconfidentes, no primeiro e segundo semestre do ano letivo de 2023, para o atendimento dos alunos do ensino básico, regularmente matriculados e, que por lei são beneficiários.

A aquisição visa atender ao que versa a lei 11.974/2009 suprimindo parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos beneficiários, através da oferta de no mínimo uma refeição diária, visando atender os requisitos nutricionais referentes ao período em que estes se encontram na escola, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.

6. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação Geral de Asssistência ao Educando	Erika Paula Pereira

7. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação será regida pelos normativos previamente informados no presente documento.

O licitante contratado deverá:

4.1. Cumprir, fielmente, as obrigações contratuais, de forma que os produtos sejam fornecidos com esmero e perfeição;

- 4.2. Responder por todos os ônus, como encargos sociais e legais, impostos e seguros, relativos à execução do Contrato;
- 4.3. Informar toda e qualquer ocorrência que inviabilize ou prejudique a realização dos fornecimentos contratados, comunicando o fato com antecedência necessária à Administração da Unidade Solicitante, visando não acarretar qualquer prejuízo ou dano ao IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes, independentemente de dolo ou culpa da contratada, que arcará com os ônus decorrentes;
- 4.4. Responsabilizar-se pelos prejuízos ou danos causados ao IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes, resultantes da inexecução total ou parcial do objeto contratado
- 4.5. Manter durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.6. Efetuar testes e demais provas exigidas por normas técnicas e oficiais, quando solicitados, para o efetivo fornecimento dos produtos sem qualquer ônus para o IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes;
- 4.7. Aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ou documento emitido em substituição;
- 4.8. Responder, em relação aos seus funcionários ou contratados, por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais trabalhistas previstos na legislação em vigor, recursos materiais, transporte, seguros de qualquer natureza, perdas eventuais, despesas administrativas, tributos e demais encargos necessários ao fornecimento do objeto deste Edital e seus Anexos.

Quanto aos procedimentos inerentes ao processo: inicialmente é feita a elaboração do cardápio pela Nutricionista do Campus Inconfidentes, com inserção dos itens que poderão compor o cardápio e que se enquadram na Lei nº 11.947/2009. Em seguida é realizado pesquisa de mercado com no mínimo três fornecedores de cada item. Na sequência a requisição é formalizada via SISREQ para realização do Registro de Preços. Por fim é criado processo na Coordenação Geral de Administração e fianças, contendo a autorização da direção geral para realização do pregão, e encaminhado ao setor responsável para providências inerentes ao processo licitatório.

8. Levantamento de Mercado

O levantamento de preços foi realizado conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 65, DE 07 DE JULHO DE 2021. Inicialmente foram realizadas pesquisas no Painel de Preços, conforme estabelece o Art. 5º da IN supracitada, porém os resultados encontrados demonstraram-se em desconformidade com o praticado atualmente no mercado. Dentre os parâmetros apontados pela IN 65/2021 em seu Art. 5º, o que se mostrou mais eficiente no cenário atual foi o definido no Inciso IV, conforme comprovantes constantes nos autos.

Destaca-se que a aquisição dos gêneros alimentícios para preparação in loco é a solução mais adequada para o Campus Inconfidentes devido à sua estrutura e quadro de funcionários, tendo em vista a existência de Refeitório/Restaurante Estudantil próprio.

9. Descrição da solução como um todo

A solução mais adequada para atender às necessidades do IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes é a contratação por licitação, na modalidade pregão eletrônico, no sistema de registro de preços, a fim de preservar e garantir a competitividade e a proposta mais adequada e vantajosa para a Administração Pública. Esta solução vem sendo adotada anualmente e tem se demonstrado a mais adequada à realidade e infraestrutura do Campus.

A solução está baseada ainda nas características próprias do Restaurante Estudantil - Campus Inconfidentes, de acordo com sua realidade atual, no que diz respeito a mão de obra técnica, demanda de alunos, estrutura física e equipamentos disponíveis para planejamento e execução dos procedimentos, com maior eficiência e eficácia.

O equilíbrio nutricional possibilita a manutenção da saúde dos discentes durante a permanência na escola, em cumprimento à legislação vigente, proporcionando o desenvolvimento e rendimento escolar em conformidade com a sua faixa etária e condições de saúde.

10. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Item	Especificação	Unidade.	Quantidade Total	Custo Média Unitário	Custo Média Total	Lote Mín. Por entrega
1	Achocolatado, apresentação: pó, sabor: tradicional, prazo validade mínimo: 18 meses, característica adicional: enriquecido com vitaminas	Pote c/ 500g	250 potes	R\$9,62	R\$2.405,00	30 potes
2	Açúcar, tipo: cristal, prazo validade mínimo: 12 meses	Kg	7000	R\$4,91	R\$34.370,00	300 Kg
3	Amido, base: de milho, aplicação: massas	Embalagem de 500g	300	R\$8,08	R\$2.424,00	30 embalagens
4	Leite de vaca, integral, uht, embalagem tetra pak	Caixa c/1 L	30000	R\$7,42	R\$222.600,00	1500 caixas
5	Arroz beneficiado, tipo: agulhinha, branco, subgrupo: polido, classe: longo fino, qualidade: tipo 1.	Kg	18000	R\$5,63	R\$101.340,00	1.200 Kg
6	Arroz beneficiado, tipo parboilizado, sugrupo polido, classe longo fino, qualidade tipo 1.	Kg	3000	R\$7,23	R\$21.690,00	200 KG
7	Aveia beneficiada, classe branca, apresentação em flocos grossos, presença de glúten, contém glúten.	Kg	150	R\$17,87	R\$2.680,50	20 KG
8	Azeite, espécie vegetal: de oliva, tipo: puro, teor da acidez: extravirgem, frasco com 500 ml, acidez máxima 0,8%	Embalagem 500 ml	200	R\$25,61	R\$5.122,00	25 Embalagens
	Canjica, grupo especial, nº 3, subgrupo despeliculada,					

9	classe branca, qualidade tipo 3, característica adicional não transgênico.	Kg	250	R\$14,21	R\$3.552,50	30 KG
10	Condimento, tipo: alho, apresentação: pasta, 100 % pura, sem sal, sem adição de água	Kg	600	R\$26,64	R\$15.984,00	40 KG
11	Creme de leite, teor gordura acima de 40% de gordura, processamento pasteurizado, características adicionais creme tipo nata	Embalagem com 300g	300	R\$8,33	R\$2.499,00	50 embalagens
12	Farinha de mandioca, grupo: seca, subgrupo: amarela torrada, classe: fina, aspecto físico: tipo 1, acidez: baixa acidez	Embalagem c/ 20 KG.	50	R\$152,33	R\$7.616,50	3 embalagens
13	Farinha de milho, grão amarelo, apresentação torrada, característica adicional não transgênico.	Embalagem c/ 500g	500	R\$5,15	R\$2.575,00	50 embalagens
14	Farinha de milho, grão amarelo, tipo fubá, característica adicional não transgênico, matéria-prima milho, tipo mimoso	Kg	350	R\$7,41	R\$2.593,50	30 KG
15	Farinha trigo, grupo: doméstico, tipo: tipo 1, especial, ingrediente adicional: fortificada com ferro e ácido fólico	Kg	500	R\$6,32	R\$3.160,00	60 KG
16	Farinha quibe, composição: grãos de trigo selecionados e moídos, tipo: crú.	Kg	250	R\$11,71	R\$2.927,50	50 KG
17	Fermento, tipo: químico, apresentação: pó	Embalagem com 100g	100	R\$4,47	R\$447,00	10 embalagens

18	Gordura vegetal, tipo: margarina, subtipo: cremosa, composição básica: mínimo de 80% de gordura, sabor: com sal	Embalagem c/ 15KG.	35	R\$233,55	R\$8.174,25	3 embalagens
19	Leite coco, tipo: integral, prazo validade mínimo: 12 meses	Caixa com 200 ml	100	R\$5,93	R\$593,00	10 caixas
20	Macarrão, teor de umidade: massa seca, base da massa: de farinha de trigo, ingredientes adicionais: com ovos, apresentação: parafuso	kg	400	R\$8,75	R\$3.500,00	100 KG
21	Macarrão, teor de umidade: massa seca, base da massa: de farinha de trigo, ingredientes adicionais: com ovos, apresentação: penne	Kg	400	R\$9,75	R\$3.900,00	100 KG
22	Macarrão, teor de umidade: massa seca, base da massa: de farinha de trigo, ingredientes adicionais: com ovos, apresentação: espaguete	Kg	500	R\$8,82	R\$4.410,00	100 KG
23	Macarrão, teor de umidade: massa seca, base da massa: de farinha de trigo, ingredientes adicionais: com ovos, apresentação: lasanha.	Embalagem com 500 g	500	R\$9,29	R\$4.645,00	100 embalagens
24	Massa de tomate, tipo: extrato concentrado, composição: tradicional, apresentação: creme.	Embalagem com 4 kg	500	R\$54,17	R\$27.085,00	50 embalagens
25	Milho de pipoca, grupo: duro, classe: amarela, qualidade: tipo 1, formato estourado: tipo irregular, butterfly	Embalagem com 1 kg	250	R\$10,72	R\$2.680,00	30 embalagens
26	Molho de mesa, tipo: maionese, composição:		50	R\$34,96	R\$1.748,00	10

	tradicional, apresentação: creme. Com teor reduzido de gorduras	Embalagem com 3,2 kg				embalagens
27	Molho de mesa, tipo: mostarda, composição: tradicional, apresentação: creme.	Embalagem com 3,2 kg	50	R\$29,13	R\$1.456,50	5 embalagens
28	Molho de mesa, tipo: shoyu, composição: tradicional, apresentação: líquido	Embalagem com 1 litro	50	R\$14,08	R\$704,00	10 embalagens
29	Óleo vegetal comestível, tipo: puro, espécie vegetal: soja, tipo qualidade: tipo 1	Embalagem com 900 ml	8000	R\$10,41	R\$83.280,00	400 embalagens
30	Sal, tipo refinado, iodado, aplicação alimentícia. Características adicionais: teor mínimo cloreto de sódio 98,5%	Embalagem com 1 kg	3000	R\$1,88	R\$5.640,00	100 Kg
31	Suco, apresentação líquido, sabor variado, tipo natural, características adicionais sem conservante, embalagem Tetrapak	Embalagem c/ 200ml	2000	R\$2,41	R\$4.820,00	200 caixas
32	Vinagre, matéria-prima maçã, tipo aromático, acidez 4,20, aspecto físico líquido, aspecto visual límpido e sem depósitos	Frasco c/ 750 ml	600	R\$7,73	R\$4.638,00	70 embalagens
33	Leite condensado. Ingrediente básico: leite in natura, prazo validade mínimo: 12 meses	Embalagem c/ 395 g	100	R\$8,15	R\$815,00	
34	Condimento, tipo: orégano, apresentação: desidratado	Pacote com 500 g	10	R\$33,29	R\$332,90	1 embalagem
35	Condimento Tipo: Curry Apresentação: Pó	Embalagem de 500 g	4	R\$48,53	R\$194,12	1 embalagem
36	Condimento Tipo: Chimichurri À Base De Ervas E Especiarias	Embalagem de 1 Kg	10	R\$32,13	R\$321,30	1 embalagem

37	Condimento Tipo: Açafrão Apresentação: Pó	Embalagem com 500g	4	R\$13,14	R\$52,56	1 embalagem
38	Batata processada, espécie: inglesa, tipo formato: palha, tipo: frita	Pacote com 500 g	300	R\$17,15	R\$5.145,00	30 pacotes

11. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 402.649,00

Após levantamento de mercado, conforme descrito no item 5, o valor médio estimado da contratação é de R\$ 213.292,13 (vide tabela do item 7). Os quantitativos estimados baseiam-se no número de alunos regulamente matriculados e na quantidade de refeições servidas diariamente, com referência no histórico de anos anteriores.

12. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 2º do art.40 da Lei nº 14.133/2021. As entregas fracionadas terão como propósito o atendimento às demandas da unidade solicitante.

A requisição para a aquisição dos alimentos é elaborada de acordo com o número de alunos matriculados no ensino básico, com quatro refeições diárias, além dos alunos do curso superior que se interessem em fazer suas refeições no Restaurante Estudantil, mediante atendimento de critérios estabelecidos em programas de assistência estudantil ou pela aquisição de tickets individuais. O parcelamento torna-se necessário devido à indisponibilidade de armazenamento, na instituição, para grandes quantidades, bem como, a necessidade de atenção às datas de validade dos produtos.

13. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda, tendo em vista que o processo visa aquisição de gêneros alimentícios a serem recebidos, armazenados, processados e servidos aos alunos com mão de obra e infraestrutura própria pré-existente.

14. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações anuais no sistema PGC, conforme planejamento prévio do órgão. DFD nº 27/2022.

15. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Essa contratação visa atender 100% dos alunos do ensino básico de forma gratuita, com 4 refeições diárias regulares para aqueles estudantes que residem no alojamento da Instituição e 3 refeições diárias para os que somente estudam no campus, porém moram fora da escola. Destacam-se os seguintes resultados pretendidos:

- Oferta da alimentação escolar saudável e adequada.
- Apoio ao desenvolvimento sustentável.
- Contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial.
- Contribuir para a aprendizagem e o rendimento escolar.

- Incentivar a cultura de hábitos alimentares saudáveis dos alunos.

16. Providências a serem Adotadas

Elaboração do cardápio e escolha dos itens que farão parte das preparações diárias, respeitando-se as preferências regionais, sazonalidade, qualidade nutricional e sustentabilidade.

Por tratar-se de aquisição recorrente e usual não há necessidade de adaptações de infraestrutura ou de mão de obra especializada, estando o campus apto à execução da contratação sem maiores providências.

17. Possíveis Impactos Ambientais

Promoção do Desenvolvimento Sustentável através da aquisição de produtos alimentícios que não gerem danos ao meio ambiente, proporcionando assim a condição de alcançar os objetivos assumidos pelo Brasil diante da Organização das Nações Unidas (ONU) no enfrentamento dos desafios como aquecimento global, poluição da água e do ar, desmatamento, extinção de várias espécies de animais e plantas, acúmulo de lixo, alimentos com agrotóxico ou geneticamente modificados. Assim sendo, a compra de produtos feita com base na sustentabilidade proporcionará uma alimentação saudável e conscientizará os discentes sobre a necessidade da manutenção e conservação do planeta.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação torna-se viável devido à necessidade de novo registro de preços, uma vez que a vigência das atas do pregão de gêneros alimentícios do ano de 2022 está próxima do fim, não existindo possibilidade de prorrogação. Os quantitativos solicitados são necessários para atender a demanda do número de alunos do ensino médio e técnico durante os 200 dias letivos de 2023, nas quatro refeições diárias oferecidas. O não atendimento implicará o não fornecimento das refeições ou, parte delas, bem como, o comprometimento da qualidade nutricional e descumprimento da legislação vigente, em especial a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

19. Responsáveis

ERIKA PAULA PEREIRA

Coordenadora Geral de Assistência ao Educando

WAGNER ROBERTO PEREIRA

Diretor de Administração e Planejamento

Documento Digitalizado Público

ETP referente à Requisição Nº 070/2023/IFS/CGAE - Aquisição de gêneros alimentícios (estocáveis) para o exercício de 2023

Assunto: ETP referente à Requisição Nº 070/2023/IFS/CGAE - Aquisição de gêneros alimentícios (estocáveis) para o exercício de 2023

Assinado por: Wanderson Rodrigues

Tipo do Documento: Estudo Técnico Preliminar

Situação: Finalizado

Nível de Acesso: Público

Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Wanderson Rodrigues da Silva**, COORDENADOR GERAL - CD4 - IFS - CGAF-INC, em 13/03/2023 13:15:19.

Este documento foi armazenado no SUAP em 13/03/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 393118

Código de Autenticação: 81e7cc0ead



Anexo II - 07 ETP 84.pdf

Estudo Técnico Preliminar 18/2023

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Informações

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Administração, com base na Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021 - Ministério da Economia, no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, na Lei nº 14.133, 01 de abril de 2021 e demais legislações correlata.

3. A. Histórico de revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
06/03/2023	1	Estudo Técnico Preliminar	Fernanda Coutinho

4. B. Normativos que disciplinam os serviços

Normativos	Considerações
Lei nº 14.133 /21	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
Instrução Normativa nº 58/2022	Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
Lei Complementar nº 123/2006	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.
Decreto nº 8.538/2015	Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.
Lei nº 12.305 /2010.	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

Decreto nº 7.746/2012	Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.
Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010	Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.
Lei nº 8.078 /1990	Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
Decreto nº 10.024/2019	Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 65/2021	Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

5. Descrição da necessidade

Aquisição de gêneros alimentícios, sendo estocáveis, para utilização no setor de alimentos, do Campus Inconfidentes, no primeiro e segundo semestre do ano letivo de 2023, para uso nas aulas práticas.

6. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Chefe da Agroindustria	Fernanda Coutinho Pinheiro da Rosa

7. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação será regida pelos normativos previamente informados no presente documento.

O licitante contratado deverá:

- 4.1. Cumprir, fielmente, as obrigações contratuais, de forma que os produtos sejam fornecidos com esmero e perfeição;
- 4.2. Responder por todos os ônus, como encargos sociais e legais, impostos e seguros, relativos à execução do Contrato;
- 4.3. Informar toda e qualquer ocorrência que inviabilize ou prejudique a realização dos fornecimentos contratados, comunicando o fato com antecedência necessária à Administração da Unidade Solicitante, visando não acarretar qualquer prejuízo ou dano ao IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes, independentemente de dolo ou culpa da contratada, que arcará com os ônus decorrentes;

4.4. Responsabilizar-se pelos prejuízos ou danos causados ao IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes, resultantes da inexecução total ou parcial do objeto contratado

4.5. Manter durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.6. Efetuar testes e demais provas exigidas por normas técnicas e oficiais, quando solicitados, para o efetivo fornecimento dos produtos sem qualquer ônus para o IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes;

4.7. Aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ou documento emitido em substituição;

4.8. Responder, em relação aos seus funcionários ou contratados, por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais trabalhistas previstos na legislação em vigor, recursos materiais, transporte, seguros de qualquer natureza, perdas eventuais, despesas administrativas, tributos e demais encargos necessários ao fornecimento do objeto deste Edital e seus Anexos.

8. Levantamento de Mercado

O levantamento de preços foi realizado conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 65, DE 07 DE JULHO DE 2021. Foram realizadas pesquisas no Pannel de Preços, conforme estabelece o Art. 5º da IN supracitada.

9. Descrição da solução como um todo

A solução mais adequada para atender às necessidades do IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes é a contratação por licitação, na modalidade pregão eletrônico, no sistema de registro de preços, a fim de preservar e garantir a competitividade e a proposta mais adequada e vantajosa para a Administração Pública. Esta solução vem sendo adotada anualmente e tem se demonstrado a mais adequada à realidade e infraestrutura do Campus.

A solução está baseada ainda nas características próprias do setor de ali- Campus Inconfidentes, de acordo com sua realidade atual, no que diz respeito a mão de obra técnica, demanda de alunos, estrutura física e equipamentos disponíveis para planejamento e execução dos procedimentos, com maior eficiência e eficácia.

10. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Item	Especificação	Unidade.	Quantidade Total	Custo Média Unitário	Custo Média Total	Lote Mín. Por entrega
1	Farinha de trigo, grupo: industrial, tipo: tipo 1, especial, ingrediente adicional: sem fermento	KG(s)	50	R\$ 6,50	R\$ 325,00	25
2	LEITE CONDENSADO, TIPO INTEGRAL, INGREDIENTE BÁSICO LEITE IN NATURA, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 12 MESES. caixa com 395 gramas.	CAIXA(s)	50	R\$ 5,83	R\$ 291,50	25

	Embalagem sem nenhum dano, perfeitamente lacrada.					
3	CHOCOLATE, TIPO PRETO, APRESENTAÇÃO PÓ, SABOR TRADICIONAL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL 50 % CACAU. Caixa com 200 gramas cada. Dentro do prazo de validade e devidamente fechada.	CAIXA(s)	60	R\$ 13,78	R\$ 826,80	30
4	SAL, TIPO REFINADO, APLICAÇÃO ALIMENTÍCIA, TEOR MÁXIMO SÓDIO 390 mg, g, ADITIVOS IODATO DE POTASSIO E ANTIUMECTANTE FERROCIANETO. Embalagem com 01 kg cada.	KG	300	R\$ 2,72	R\$ 816,00	150
5	OLEAGINOSA, TIPO AMENDOIM, APRESENTAÇÃO NATURAL, ADICIONAL SEM CASCA. Embalagem com 1 kg cada. Embalagem devidamente lacrado e dentro do prazo de validade.	KG	15	R\$ 20,87	R\$ 313,05	15
6	CONDIMENTO, MATÉRIA-PRIMA TOMATE SECO, ASPECTO FÍSICO DESIDRATADA, APLICAÇÃO ALIMENTAÇÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ÓLEO DE MILHO, AZEITE DE OLIVA, SAL, AÇÚCAR. Embalagem com 1 kg cada para facilitar a utilização.	KG	15	R\$ 36,37	R\$ 545,55	15
7	AZEITE, ESPÉCIE VEGETAL DE OLIVA, TIPO PURO, TEOR DA ACIDEZ EXTRA VIRGEM - MENOR QUE 0,8%. EMBALAGEM COM 500 ML CADA	Embalagem	100	R\$ 21,89	R\$ 2.189,00	50
8	AÇÚCAR, TIPO CRISTAL, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 12 MESES. ISENTO DE IMPUREZAS. Embalagem devidamente fechada, em perfeito estado para uso.	KG	800	R\$18,88	R\$15.104,00	400

9	ÓLEO VEGETAL COMESTÍVEL, TIPO PURO, ESPÉCIE VEGETAL SOJA, TIPO QUALIDADE TIPO 1. EMBALAGEM COM 900 ML	LITRO	40	R\$8,34	R\$333,60	20
10	AMIDO, BASE DE MILHO. EMBALAGEM COM 1 KG. Dentro do prazo de validade e devidamente lacrado.	KG	30	R\$8,64	R\$259,20	15
11	CAFÉ, APRESENTAÇÃO SOLÚVEL GRANULADO, INTENSIDADE MÉDIA, TIPO TRADICIONAL. Sachê com 50 gramas cada um	SACHÊ	60	R\$3,40	R\$204,00	30
12	FRIOS, VARIEDADE SALAME, TIPO ITALIANO, APRESENTAÇÃO PEÇA INTEIRA, ESTADO DE CONSERVAÇÃO RESFRIADO(A). Produto devidamente lacrado.	kg	20	R\$45,56	R\$911,20	10

11. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 22.118,90

Após levantamento de mercado, conforme descrito no item 5, o valor médio estimado da contratação é de **R\$22.118,90**. Os quantitativos estimados baseiam-se no número de alunos regularmente matriculados e na quantidade de aulas práticas realizadas no setor de alimentos, com referência no histórico de anos anteriores.

12. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 2º do art.40 da Lei nº 14.133/2021. As entregas fracionadas terão como propósito o atendimento às demandas da unidade solicitante.

A requisição para a aquisição dos estocáveis é elaborada de acordo com o número de alunos matriculados no ensino básico e superior que realizam as atividades práticas no setor de alimentos. O parcelamento torna-se necessário devido à indisponibilidade de armazenamento, na instituição, para grandes quantidades, bem como, a necessidade de atenção às datas de validade dos produtos.

13. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda, tendo em vista que o processo visa aquisição de gêneros alimentícios a serem recebidos, armazenados, processados e trabalhados com os alunos nas atividades práticas.

14. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações anuais no sistema PGC, conforme planejamento prévio do órgão. DFD nº 24/2022.

15. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Essa contratação visa atender 100% dos alunos do ensino básico e superior nas aulas práticas.

- Contribuir para a aprendizagem e o rendimento escolar.
- Incentivar a cultura de hábitos alimentares saudáveis dos alunos e práticas de manuseio correto com alimentos que são fabricados.

16. Providências a serem Adotadas

Por tratar-se de aquisição recorrente e usual não há necessidade de adaptações de infraestrutura ou de mão de obra especializada, estando o campus apto à executar a contratação sem maiores providências.

17. Possíveis Impactos Ambientais

Promoção do Desenvolvimento Sustentável através da aquisição de produtos alimentícios que não gerem danos ao meio ambiente, proporcionando assim a condição de alcançar os objetivos assumidos pelo Brasil diante da Organização das Nações Unidas (ONU) no enfrentamento dos desafios como aquecimento global, poluição da água e do ar, desmatamento, extinção de várias espécies de animais e plantas, acúmulo de lixo, alimentos com agrotóxico ou geneticamente modificados. Assim sendo, a compra de produtos feita com base na sustentabilidade proporcionará uma alimentação saudável e conscientizará os discentes sobre a necessidade da manutenção e conservação do planeta.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação torna-se viável devido à necessidade de novo Registro de Preços, tendo em vista a proximidade do fim da vigência das atas do Pregão. O não atendimento e compra destes materiais podem afetar as atividades Pedagógicas. Após consulta a Diretoria de Administração e Planejamento foi informada que o campus possui recursos orçamentários para atendimento desta demanda.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WAGNER ROBERTO PEREIRA

Diretor de Administração e Planejamento

FERNANDA COUTINHO PINHEIRO DA ROSA

Chefe do Setor de Agroindústria

Documento Digitalizado Público

ETP referente à Requisição Nº 084/2023/IFS/CGPD - Produtos Estocáveis - Setor de Alimentos 2023

Assunto: ETP referente à Requisição Nº 084/2023/IFS/CGPD - Produtos Estocáveis - Setor de Alimentos 2023
Assinado por: Wanderson Rodrigues
Tipo do Documento: Estudo Técnico Preliminar
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Wanderson Rodrigues da Silva, COORDENADOR GERAL - CD4 - IFS - CGAF-INC**, em 13/03/2023 13:22:32.

Este documento foi armazenado no SUAP em 13/03/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 393124

Código de Autenticação: 9866c95044

